

ENTREVISTA – DIAPHONÍA – v. 7, n.1 – 2021

Nesse primeiro número da *DIAPHONÍA*, em 2021, a Revista entrevista o Professor Doutor Tarcilio Ciotta que atuou nos Cursos de Graduação e Pós-Graduação *Stricto Sensu* de Filosofia da UNIOESTE. A Revista, desde já, agradece o aceite do convite pela participação especial nessa edição.

D [Diaphonía]

TC [Tarcilio Ciotta]

D – O professor poderia reconstituir um pouco sobre sua biografia, formação e o que motivou o interesse pela Filosofia?

TC – Penso que falar sobre a vida e a experiência pessoal não tem nenhuma relevância visto que, cada um em particular, teria uma história para contar, independentemente de sua condição profissional. Porém, quero mencionar aqui apenas alguns fatos que estão relacionados à minha formação intelectual que marcaram o processo de alfabetização e, de certa forma, influenciaram a formação posterior. Com isso, pretendo, aqui, traçar e explicitar minimamente a minha forma de relação com o mundo do conhecimento. Primeiramente, elencarei alguns dados biográficos e geográficos porque eles foram determinantes, pelo menos enquanto ponto de partida para a minha tardia inserção no processo de alfabetização.

Eu nasci no dia 03 de abril de 1958, no interior do município de Antônio Prado, RS, na comunidade Nossa Senhora da Saúde, localizada na Linha Silva Tavares. A comunidade reunia mais ou menos trinta famílias. Lá vivi toda a minha infância, a adolescência e o começo da minha juventude. Todos os moradores viviam com base na agricultura familiar. Os pontos de encontro e de sociabilidade da comunidade giravam em torno da “Venda”, da Igreja, de um campo de futebol e das festas religiosas nas comunidades da redondeza.

A “Venda”, situada a mais ou menos dois quilômetros de casa, era um armazém onde se encontrava praticamente tudo o que era necessário para o dia-a-dia. Perto desse armazém, havia uma Igreja e uma escola municipal denominada “Pedro Américo”. Foi lá que comecei a minha alfabetização, na época, denominada “Cartilha”. Embora fosse permitido frequentar a escola a partir dos sete anos, tive que esperar por quase dois anos para frequentá-la por falta de companhia, uma vez que entre ir e voltar da escola teria que percorrer, sozinho, um trajeto de aproximadamente quatro quilômetros. Enfim, em companhia de minha vizinha, comecei a “Cartilha” que tinha a duração de um ano, período durante o qual se aprendia a desenhar e memorizar as letras do alfabeto, formar e soletrar as primeiras sílabas para depois ler e compor pequenas frases, bem como, memorizar os números de zero a dez, para depois formar as dezenas.

Dado que, em seis meses, eu já dava conta dessas tarefas elementares. Assim, a professora, generosamente, ao voltar das férias de inverno, promoveu-me para a primeira série. Foi uma coisa inesperada, a maior alegria que havia experimentado até aquele momento. Esse fato, inédito, causou-me um forte entusiasmo, o que aguçou minha curiosidade e reforçou a autoconfiança. Aprendi desde muito cedo que as coisas do espírito me faziam viajar sem mesmo nunca ter saído do lugar onde morava.

Na minha infância, em toda a região, não existia energia elétrica. As únicas fontes de informação disponíveis naquele tempo era escutar as histórias ou as estórias dos mais velhos, ouvir um rádio a pilha ou ler o Jornal semanal “Correio Riograndense” editado pelos Freis capuchinhos em Caxias do Sul, do qual, meu pai era assinante e assíduo leitor. Eu gostava muito de ouvir o meu pai comentando aquelas notícias.

O fato de ter aprendido a ler muito rapidamente, era um orgulho para meus pais. O simples fato de saber ler por conta própria abria, para mim, as cortinas de um novo mundo. Era um fato inédito, um divisor de águas. Agora poderia tomar o jornal e eu mesmo ler as notícias. Eu admirava a minha professora por ver que ela sabia tantas coisas, sobre as quais, eu nunca ouvira falar. A cada dia, a cada novo conhecimento que adquiria, eu percebia que o mundo era muito maior do que eu conhecia e podia imaginar: isso me fascinava. Mas as novas descobertas, ao mesmo tempo, perturbavam-me e, não raramente, eram impiedosas e cruéis com a minha experiência de vida cotidiana. Elas simplesmente rompiam com algumas “verdades” gestadas paulatinamente pelo senso comum da convivência. Isso despertava em mim muitas dúvidas, mas geralmente as guardava em segredo, por um certo temor em contrariar o que era tido como “certo”, “bom” e “verdadeiro”. Porém, isso me instigava a estudar ainda mais. Eu queria saber a verdade, saber quem estava certo, mas, na maioria das vezes, eu ficava sem resposta.

Naquela época, todas as quatro séries estudavam na mesma sala, ao mesmo tempo, apenas separadas em bancos diferentes. No primeiro banco, sentavam os alunos da “Cartilha” e, em ordem crescente, os das demais séries. Primeiro, a professora passava as tarefas para as séries já alfabetizadas e depois cuidava das crianças iniciantes. Um fato que me enchia de orgulho era quando a professora me chamava lá na mesa e pedia para que passasse nos bancos e ajudasse os alunos da série anterior na resolução das tarefas: “uma espécie de monitor”. Depois, ela me explicava, em particular, o conteúdo do dia da minha série e eu concluía o restante das tarefas em casa.

O fato de ir para a escola, um tormento para vários colegas, era, para mim, algo muito agradável. Concluí o ensino da primeira à quarta série sem maiores dificuldades. Recordo-me muito bem do dia em que recebemos do Secretário de Educação do município o Certificado de conclusão da quarta série. Alguns colegas vibraram: “livres da escola”. Para mim, isso representava um misto de alegria e

tristeza porque não queria parar de estudar. Depois da entrega dos Certificados conversei com a professora para ver se poderia frequentar as aulas sem estar matriculado. Ela me disse: não. Mas dias depois, lá na Capela/Igreja, a professora, que no ano anterior havia concluído o curso superior, me procurou e disse que se tivesse, pelo menos, dois ou três alunos, ela se prontificaria a passar, informalmente, os conteúdos da quinta série. Falei com meus pais sobre a proposta da professora, que na verdade era minha, e eles concordaram. Conversei e convenci a minha prima e mais dois colegas, e lá fomos nós.

Durante o ano, fizemos todas as avaliações, mas independente das notas parciais, mesmo estando todas elas acima da média, no final do ano, todos os alunos de todas as séries faziam um Exame geral de todos os conteúdos ministrados durante o ano. Assim, quem não conseguisse a média exigida nesse Exame reprovava, independentemente das notas parciais. Mesmo tendo cumprido todos esses requisitos e alcançado a média nos Exames não pudemos receber o Certificado de conclusão da quinta série, simplesmente porque a escola não estava habilitada para tanto. Contudo, esses Exames ficaram guardados nos arquivos da escola.

Concluída a quinta série de forma extraoficial, tive que parar de estudar porque morava a dez quilômetros de distância da cidade e só tinha ônibus duas vezes por semana. Lá se foram quatro anos de trabalho na roça. Porém, quatro anos depois quando retomei os estudos, esses Exames livraram-me de repetir, por questões formais, a quinta série. O Diretor do Colégio Estadual reconheceu a quinta série, porque a professora tinha curso superior e como dispunha da comprovação documental dos Exames, ganhei, com isso, um ano na minha formação.

Todavia, no interim desses quatro anos, eu tive que reordenar, adequar e conformar os meus sonhos à realidade de agricultor. Embora vivendo de forma modesta, nunca passei qualquer espécie de necessidade elementar enquanto lá vivi. Sempre tive uma vida confortável, é claro, limitada aos padrões da época e da condição de vida no interior. Aos dezesseis anos, como tinha uma porção de terra já escriturada em meu nome, pude me associar a uma cooperativa agrícola recém fundada. Assim, sem alternativa para continuar os meus estudos, dediquei-me ao trabalho junto com outros familiares, sem fazer “corpo mole”. Porém, aquele desejo latente de continuar estudando me perturbava. No entanto, a realidade reinava soberana sobre o desejo. O meu “sonho” de estudar acabava por aí.

Não sei se por obra divina ou por um estratagema do inconsciente, entre dezessete e dezoito anos, começou a despertar em mim a vontade de seguir a vida religiosa. Então, expressei meu desejo, à minha mãe e à minha irmã mais velha, que é freira, e que naquela oportunidade estava em casa tirando alguns dias de férias. O fato de ter expressado esse simples desejo, tornou-se a causa que modificou para sempre a minha vida. Poucos meses depois eu estava no Seminário. Naquele momento, o que antes era somente um sonho, estudar, virou realidade, mas agora, por um motivo

diferente: tornar-me padre. Esse fato se parecia mais com o despertar de um sonho, onde ficção e realidade se confundem. Na verdade, ele foi o sol que, ao amanhecer, com seus raios de luz, abriu as cortinas de um novo horizonte para a minha vida. Com quase dezoito anos comecei essa nova jornada. Não para fugir da roça - porque trabalhar nunca foi um problema para mim - mas porque eu queria, sinceramente, me tornar padre. Esse fato transformou, de fato, para sempre a minha vida.

Ingressei, então, no Seminário Menor dos Freis Capuchinho, em Ipê-RS, no dia 27 de fevereiro de 1976. Todos os seminaristas - da sexta à oitava séries - estudavam em um Colégio Estadual, portanto, fora do Seminário. O Segundo Grau, ao contrário, era exclusivamente interno e reunia os seminaristas de dois Seminários Menores em Veranópolis RS. Foi a formação mais consistente que recebi. Parte dos professores eram freis ou padres, mas havia vários professores e professoras externos quase todos/as Mestres ou Doutores/as. Havia aula de segunda a sábado ao meio-dia, sempre na parte da manhã. O tempo da tarde era distribuído entre diversas atividades: horta, campo, pomar e parreirais. Uma tarde por semana era reservada para jogar futebol e voleibol ou aprender a executar algum instrumento musical. Mas todos os dias tínhamos, em média, de três horas de estudo individual ou em grupo. Nesse seminário secundarista a maioria dos seminaristas desistia do Seminário até o final do terceiro ano.

As experiências vividas na forma de grandes comunidades, nos Seminários, durante o Primeiro e o Segundo Graus, sofreram uma reviravolta completa ao ingressar na Filosofia. A partir desse momento, a família deixava de custear as despesas com a formação: estadia e ensino. Outra mudança, talvez a mais radical, rompia completamente com a antiga estrutura de grande concentração de pessoas num único lugar. Agora, os estudantes de Filosofia eram distribuídos em pequenas comunidades, Casas, coordenadas por Freis e/ou padres. Estas, situavam-se sempre nos bairros das cidades. As Universidades que recebiam esses estudantes eram: Universidade de Caxias do Sul (UCS-RS), Universidade Católica de Pelotas (UCPEL-RS), Universidade Federal de Pelotas (UFPEL-RS), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM-RS), e a Universidade de Passo Fundo (UPF-RS). A forma de vida nessas pequenas comunidades representava uma reviravolta radical do ponto de vista pessoal e da forma de convivência comunitária. A organização e o bom funcionamento da casa, dependia diretamente da corresponsabilidade. Todas as decisões que afetavam a vida da comunidade eram tomadas em comum acordo. Todos sentavam-se ao redor da mesma mesa, serviam-se do mesmo prato, sem privilégios ou distinção. Mas é claro que cada comunidade tomava as decisões com base em princípios gerais - uma espécie de "Constituição" - hierarquicamente ordenados, administrativamente coordenados e disciplinarmente aplicados, pela autoridade provincial, em casos de desvios de finalidade ou de conduta. Era um

verdadeiro exercício da autonomia da vontade, porque todos tinham o mesmo direito de se manifestar, de expressar suas ideias, de argumentar e de influenciar decisões, evidentemente seguindo os princípios de orientação geral. Mas isso, implicava, ao mesmo tempo, arcar com a integral responsabilidade sobre as consequências frente à comunidade. O que contava não era o interesse individual, mas a vida fraterna entre todos. Esse foi o grande aprendizado e o legado que marcou para sempre a minha forma de viver.

Meu interesse pela Filosofia e pela Psicologia começou ainda no primeiro grau, motivado pelas palestras de formação, administradas por professores internos e externos - muito bem preparados em ambas as áreas de conhecimento. Já na oitava série havia despertado o desejo de trabalhar na área da Educação, mas o primeiro ano de Filosofia foi decisivo para consolidar esse meu interesse, inspirado nas sábias e magníficas aulas ministradas pelo Pe. Elli Benincá – em memória - na Universidade de Passo Fundo. Porém, lá enfrentei um problema: os freis capuchinhos não permitam concluir o Curso de Filosofia antes do Noviciado. Tinha que interromper o Curso, um ano antes da sua conclusão, para ingressar no Noviciado.

O Noviciado correspondia a um ano de estudo sobre a vida, obra e espiritualidade do fundador da Ordem, Francisco de Assis. A partir da conclusão do Noviciado, aqueles que faziam os votos temporários de pobreza, obediência e castidade, tornavam-se freis, isto é, membros temporários da Ordem Franciscana Capuchinha. Esses votos eram renovados, por três vezes. A partir da terceira renovação dos votos o frei tornava-se membro efetivo da Ordem Franciscana Capuchinha. Os que além de freis, queriam se tornar padres ingressavam na Teologia. Durante o Curso de Teologia ou depois de concluir a Teologia, os que desejassem, poderiam concluir o Curso de Filosofia. Preferencialmente, depois da Teologia os que desejassem continuar seus estudos podiam ingressar em outros cursos de Graduação ou de Pós-Graduação na área das Ciências Humanas. Mas apesar de ter essa garantia, o meu desejo era concluir o Curso de Filosofia sem interrompê-lo, portanto, antes do Noviciado. Isso me foi negado. Mas me fizeram a seguinte proposta: sair do Seminário, concluir o Curso de Filosofia por conta própria e depois retornar para fazer o Noviciado e a Teologia. Eles sabiam que dificilmente minha família teria condições financeiras para bancar as mensalidades da Universidade, pagar o aluguel e me sustentar para poder me dedicar exclusivamente ao estudo da Filosofia. Proposta feita, proposta aceita. Vendi meus seis hectares de terra a dois irmãos em troca de um ano de mensalidades na Universidade, mais os gastos com aluguel e com o meu próprio sustento. Assim pude concluir o curso de Filosofia. Vencida essa etapa, retornei para o Seminário, fiz o Noviciado e fui para a Teologia em Porto Alegre, na recém formada Escola Superior de Teologia e Espiritualidade Franciscana (ESTEF-RS), no Bairro Partenon. Aí, ao estudar História da Igreja com um eminente

professor, compreendi que muitas “coisas”/verdades, tidas como inquestionáveis no âmbito da estrutura institucional da Igreja, na verdade, podiam ser legitimamente questionadas se fossem levadas em conta as motivações que as geraram, os problemas que queriam contornar naquele contexto histórico e considerar o longo debate que provocaram até serem estabelecidas. Então, comecei a refletir sobre dois pontos fundamentais. Primeiro: “Porque os homens querem separar o que Deus criou unido?” Segundo: “Compreendi que tudo o que “nasce” na História é finito e, em razão disso, na História deve inspirar o seu fim”. A incessante reflexão sobre essas duas teses fez com que desistisse da vida religiosa institucional para ficar, então, com a Filosofia e a minha fé em Deus. Foi uma decisão demorada, pensada e difícil, mas tinha clareza, que ela só dependia de mim. Não poderia responsabilizar ninguém por ela, era exclusivamente minha. Foi assim que decidi sair do Seminário.

D – Acerca, agora, de sua trajetória de pesquisa iniciada com a obra de Hegel. O professor tem trabalho desde o mestrado até o pós-doutorado. Como estão os estudos hegelianos hoje, no país?

TC – Sim. Em 1991, quando ingressei no Programa de Pós-Graduação da PUC-RS para fazer mestrado tinha como projeto estudar os “Fundamentos do estado liberal em John Locke”. Porém, logo no início do curso, matriculei-me em duas disciplinas sobre Hegel: uma sobre a “Filosofia do Direito”, com o professor Thadeu Weber e a outra sobre a “Fenomenologia do Espírito”, com o professor Carlos A. V. Cirne-Lima. Nessa época, eu conhecia relativamente bem o pensamento de Locke, mas sobre Hegel tinha apenas conhecimentos gerais. Logo no começo dessas duas disciplinas encantei-me pelo método lógico-dialético de exposição dos conceitos, pela complexidade e interconexão dos mesmos. Então, conversei com o Coordenador do Curso de Pós-Graduação para ver se era possível mudar de autor e de projeto dado o interesse que aquelas disciplinas despertaram em mim. Minha proposta de mudar de tema e de autor foi aceita por ele, na mesma hora e, mais ainda, a mudança foi saudada como bem-vinda. Nesse momento, eu não poderia imaginar a guinada radical que esse fato provocaria em toda a minha formação intelectual posterior. Nunca mais abandonei esse projeto de pesquisa, ainda que por questões práticas de trabalho, tivesse que, interinamente, ter que me afastar dele por algum tempo em função de outras demandas imediatas.

Quero deixar aqui, a título ilustrativo, um exemplo extraído da *Filosofia do Direito* de Hegel para demonstrar como o movimento lógico-dialético dos conceitos articula entre si, forma e conteúdo, no movimento de autodeterminação do conceito.

Exemplo: “[..]. *As sementes têm dentro de si a árvore e elas contêm toda a sua força, embora não sejam ainda a própria árvore. A árvore corresponde inteiramente à imagem simples do germe*” (FD § 1 Ad.).

Com isso Hegel quer dizer que na semente já está presente tudo aquilo que é necessário para que ela se transforme em uma árvore completa. No germe a árvore está presente, mas somente em sua forma abstrata porque o conteúdo não foi mediado, ou seja, ela não é ainda aquilo que pode vir-a-ser segundo sua potência interna: uma árvore. Esse processo de desenvolvimento imanente do conteúdo ou das suas determinações, só depende, agora, de condições exteriores propícias. Portanto, nada de novo ou estranho é acrescentado de fora em sua estrutura imanente. A árvore corresponde integralmente àquilo que já estava contido no germe. Seu vir-a-ser não é nada mais do que o processo de exteriorização de sua força ou de sua potência imanente. Isso significa afirmar que há, do ponto do desenvolvimento da determinação do conteúdo, um fio condutor imanente que mantém unidas todas as etapas do processo de forma intrínseca e necessária. Está presente aí algo substancial, que não pode ser de outro modo, porque, contém dentro dele um universal, algo que é necessário. De uma semente de araucária não poderá sair uma macieira, nem vice-versa. O substancial e necessário, aí presente, é o DNA da espécie. Mas para que o universal contido na semente seja posto em movimento e inicie o processo de determinação do conteúdo é necessário que ele entre em contradição, ou seja, que confronte seu modo de ser imanente com o mundo objetivo exterior: calor, umidade, luz, etc. e estabeleça com ele uma interação orgânica/sistêmica. Esses elementos são, a princípio, exteriores e contingentes, mas constituem a condição necessária para pôr em movimento a série das determinações que exteriorizam o conteúdo implícito no conceito abstrato de árvore, presente na semente, a fim de que ela se torne uma árvore efetiva. Por isso, na lógica dialética, necessidade e contingência estão sempre pressupostas e necessariamente entrelaçadas, seja do ponto de vista da forma ou do conteúdo. Não há nenhuma dialética possível se uma ou outra dessas categorias for completamente eliminada ou suprimida no processo do devir. A necessidade é o fio condutor ininterrupto que mantém a unidade de todos os momentos do devir ou das determinações particulares do conteúdo. Contingência é aquilo que, no decorrer do processo do devir, pode acontecer, mas também pode não acontecer. O processo de mediação/determinação do ser é, portanto, regido e transpassado tanto pela necessidade, quanto pela contingência. Essas duas categorias têm que estar sempre presentes em todo o processo do devir, por isso, devem estar guardadas/elevadas/conservadas, em igual proporção, no processo de mediação. Se a contingência fosse expurgada ou eliminada do processo de mediação, só sobraria a necessidade. A necessidade, em si mesma, - no caso o DNA espécie - constitui um circuito fechado. Por isso, por si mesma, seria incapaz de exteriorizar sua potência. Ela precisa de um motor que coloque em movimento o ser que lhe é imanente, inerte e indiferenciado. Esse motor que imprime movimento ao ser é a contradição que, no caso, se dá pelo confronto entre a necessidade interna e as condições contingentes externas ao ser, a contingência. Sendo-lhe estas condições

contingentes favoráveis, colocarão em movimento, a série progressiva de todas as determinações interiores, gora, como diferenças atualizadas no mundo objetivo, enquanto existência exterior. Desse modo, o ser progride, de série em série até sua plena objetivação ou efetividade. A necessidade sem a contingência cai num determinismo cego. Porém, se por outro lado, a necessidade fosse igualmente desaparecendo do processo de mediação até ser eliminada, cair-se-ia, em sentido inverso, num problema semelhante, ou seja, num relativismo absoluto. Se os dois problemas aqui levantados fossem levados a termo de forma unilateral, embora por razões absolutamente contrárias, eles levariam igualmente, no final do processo, a uma igual consequência: a negação absoluta de toda e qualquer possibilidade da dialética. A necessidade, do ponto de vista lógico-ontológico, fecharia um círculo sobre si mesma, negaria todo o movimento. Portanto, eliminaria toda a possibilidade de síntese, ou seja, negaria a própria dialética, visto que, não há dialética possível quando se isola o universal do particular. A universalidade, enquanto ponto de partida, representa o universal na sua forma abstrata, indeterminada. Mas para que o universal se torne efetivo, é necessário que ele se determine num modo de ser particular, que realiza sua diferença interna no mundo externo objetivo. Essa síntese, esse liame necessário entre universal e particular é a determinidade concreta/efetiva do ser, a singularidade.

Além disso, atendendo à segunda parte da questão, pode-se afirmar que Hegel é um dos filósofos mais estudados na atualidade. No Brasil, nas últimas quatro décadas houve um grande impulso da pesquisa e do debate em torno de sua filosofia. A partir do desenvolvimento quantitativo e qualitativo das pesquisas no Brasil foram criados grupos de estudos com fóruns qualificados de debate público das pesquisas: a Sociedade Hegel brasileira, que se reúne bianualmente, em diferentes regiões do território nacional, para debater temas específicos; a criação da Revista eletrônica de estudos hegelianos; o Grupo Hegel na ANPOF que possibilita a divulgação das pesquisas sobre Hegel e promove o debate público sobre diversos temas (Dissertações e Teses) integrando a pesquisa docente e discente no âmbito da Pós-Graduação; os intercâmbios de docentes entre diversas universidades brasileiras e estrangeiras; as traduções de várias obras de Hegel - “A Fenomenologia do Espírito”, “A Enciclopédia das Ciências Filosóficas” “A Filosofia do Direito” a “Ciência da Lógica”, “Sobre o direito natural” e outros textos que tornaram possível, aos estudantes brasileiros, o acesso aos textos de Hegel. Isso somente para citar algumas iniciativas mais relevantes que possibilitaram, ampliaram, qualificaram e fomentaram a pesquisa e o debate em torno do pensamento de Hegel no Brasil. Outro evento que deu um novo impulso e intensificou o intercâmbio entre os pesquisadores/as são as diferentes plataformas virtuais que possibilitam, em tempo real, debater as pesquisas em andamento e compartilhar os resultados das já concluídas.

D – Nos últimos anos, a sua pesquisa se reorientou para os estudos em torno do pensamento ético-político abrangendo outros autores também. Com quais deles, o senhor tem buscado uma maior aproximação? Que projetos futuros tem em vista?

TC – Sim, é verdade que a partir do ingresso no Programa de Pós-Graduação passei a me dedicar ao estudo de outros autores devido ao fato de trabalhar, especificamente, com os conteúdos ligados à Linha de Ética e Filosofia Política e também em função das demandas de orientação de dissertações.

Como o tema da ética não havia ainda sido abordado de forma sistemática em nenhuma disciplina específica no Programa até então, passei a me dedicar ao estudo da ética moderna. Trabalhar com a disciplina do modo como estava estruturada, implicava fazer uma análise dos principais temas e problemas levantados pelas diferentes correntes da ética moderna como um todo. Para atender a esse objetivo passei a me dedicar ao estudo de outras fontes e incluí, na minha pesquisa sobre a ética, vários outros autores. Posteriormente a disciplina foi reestruturada e dividida em Ética Moderna I e II. Essa nova reestruturação da disciplina possibilitou desenvolver a pesquisa a partir de temas e autores específicos. Isso foi determinante porque possibilitou delimitar e aprofundar a análise de questões éticas a partir de temas e/ou autores específicos. Entre as diversas disciplinas ofertadas pelo Programa de Pós-Graduação, na Linha de Ética e Filosofia Política, dediquei-me exclusivamente às disciplinas diretamente voltadas para o campo da Ética moderna. Vários autores entraram nesse rol como: David Hume, Jeremy Bentham, John Stuart Mill, Kant e Hegel. Mas, até então, minha maior experiência acadêmica, meu trabalho e minha pesquisa estiveram voltados para a área da Filosofia Política. Trabalhar a disciplina de Ética na Pós-Graduação foi um desafio, mas também, um salutar e gratificante exercício de pesquisa que só abandonei, formalmente, por ocasião de minha aposentadoria. Porém, grande parte das dissertações por mim orientadas no Programa situam-se na área da Filosofia Política, em particular, em Hannah Arendt. Apesar de nunca ter me aventurado a publicar nada sobre a autora, meu contato com sua obra vem desde a década de 1990. Depois, por força de circunstâncias, distanciei-me por um tempo de sua obra, mas com a entrada no Programa de Pós-Graduação, tive o tempo e a motivação para retomar a leitura de forma mais intensa e disciplinada. Outro autor cuja leitura retomei de forma mais específica, foi Kant. Sua obra, do ponto de vista de uma fundamentação da ética, é um marco inigualável na História da filosofia. Kant e Arendt foram os autores que, a partir de 2011 a 2018, dediquei a maior parte de minhas leituras.

D – Conte-nos sobre a sua experiência na UNIOESTE, enquanto instituição, desde sua fundação até sua consolidação.

TC – Em 1988, comecei a trabalhar na Fundação Universitária do Oeste do Paraná (Funioeste) – que, em 1994, foi reconhecida como Universidade Estadual do Oeste

do Paraná e compreendia o Campus de Foz do Iguaçu, Marechal Cândido Rondon, Toledo e Cascavel. Só posteriormente foi incluído o campus de Francisco Beltrão.

Ingressei na instituição como professor colaborador e trabalhei, inicialmente, com Antropologia Cultural no curso de História, Sociologia Geral I e II no curso de Letras, Sociologia Aplicada à Administração nos Cursos de Administração e Ciências Contábeis. Posteriormente trabalhei com Introdução à Filosofia em diversos cursos; afora isso, substituí, por um período, o professor de Metodologia Científica nos cursos de Administração e Ciências Contábeis. Encerrados os dois anos como professor colaborador, eu prestei concurso para professor efetivo e logo depois fui liberado para fazer Mestrado em Filosofia na PUC-RS. Isso deve-se ao fato de que, para que a Funioeste pudesse ser reconhecida como Universidade deveria cumprir determinadas condições, entre elas, a mais difícil a ser obtida na época, era conseguir um número mínimo de docentes com título de Mestre e Doutor. Esse fato facilitou a minha liberação para a Pós-Graduação. Ao retornar do Mestrado, em 1994, continuei trabalhado em praticamente todos os cursos existentes na época, inclusive, no Curso de Educação Física, com “Filosofia da Educação Física”, o que, na prática, era uma Introdução à Filosofia. Durante esse período coordenei diversos cursos de Extensão em convênio com a APP Sindicato em diversas cidades da região. Esse período de constituição, formação e consolidação da Instituição até ser reconhecida como Universidade foi um dos períodos mais ricos e memoráveis que vivenciei do ponto de vista institucional. Os múltiplos, acalorado e infintos debates para se chegar a um consenso sobre qual seria o melhor projeto para consolidar a Universidade, geraram um alto grau de consciência política na comunidade acadêmica, pelo fato de envolver diretamente não só os gestores e os docentes, mas, por incluir nesse debate, também a participação dos discentes, quase que em tempo contínuo. A fase de consolidação da Graduação foi obtida rapidamente através da qualificação do corpo docente que compunha o quadro de efetivos, com a abertura de concursos e com os investimentos em infraestrutura. A partir desse novo quadro, a Universidade ingressou em uma nova fase, não só de expansão da Graduação, com a criação de novos cursos, mas começaram a entrar em pauta projetos para a sua verticalização, criando os primeiros cursos de Pós-Graduação.

Tendo em vista a nova fase de desenvolvimento das condições acadêmicas e, como não havia no Campus de M.C. Rondon um Curso de Graduação que contemplasse diretamente a minha área de formação acadêmica, resolvi, em 1998, solicitar minha transferência para o Curso de Filosofia no Campus de Toledo. Foi então que, finalmente, pude trabalhar e me dedicar integralmente à Filosofia. Essa nova fase foi marcada por dois momentos importantes: o Curso de Doutorado na UNICAMP-Campina-SP e o ingresso no corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Filosofia Moderna e Contemporânea. Nesse último período de trabalho e convivência na Instituição, dediquei-me à orientação de diversas dissertações em

vários autores, em particular, Hannah Arendt. Minha leitura e pesquisa dirigiram-se, exclusivamente, ao campo das teorias éticas no âmbito da modernidade.

D – Qual sua posição relativa à disciplina de Filosofia no ensino médio em face da atual conjuntura nacional? Quais as implicações do ponto de vista das políticas públicas?

TC – Essa questão exigirá, certamente, muitos enfrentamentos políticos. A presença da Filosofia, em geral, no Brasil, foi e é muito malvista pela maior parte dos governantes. Ela foi expurgada dos Currículos Escolares pela Ditadura Militar, de forma direta ou dissimulada. Após uma longa ausência dela nas Escolas Secundaristas, depois de longos e insistentes debates, por um lampejo de bom senso, por parte dos poderes constituídos, ela retornou às Escolas Públicas, mas ainda, vista por muitos, como uma espécie de “filho pródigo”. A pergunta é: por que ela é tão rejeitada por aqueles que, na verdade, deveriam prestigiá-la e promovê-la? Talvez porque ela exige explicações lá onde todos se calam. Talvez porque ela, com o entrecchoque de ideias, propicie aos transeuntes do caminho algum feixe de luz capaz de surpreender e identificar os manipuladores de marionetes. Talvez porque, aqui e acolá, desperte e multiplique o bom senso e a razoabilidade, e faça perceber que todos, indistintamente, são portadores da mesma dignidade humana e passem, então, a reivindicá-la para si e para os outros. Talvez porque os que se movimentam nas escuras e labirínticas estruturas de poder da sociedade tenham medo de ser alcançados pela luz da crítica e, então, a sua trapaça seja revelada. Talvez porque apostem que na ausência de luz, a única vela que carregam, sua ideologia, possa acomodar multidões ao *status quo* que eles desejam. Talvez porque queiram levar a crer que cada um, individualmente, é exclusivamente responsável por aquilo que é, escondendo-lhe o fato de que ninguém é nada por si, senão por meio da sociedade e do seu modo de inserção nela. Metaforicamente falando, talvez a Filosofia seja na conjuntura atual, aquela detestável visitante, aquele intruso maltrapilho que entra na festa alheia com seus “trejeitos” causando incômodo e mal-estar aos anfitriões e seus convidados.

As atuais políticas públicas a respeito da Filosofia, especificamente voltadas para o Ensino Médio, são desoladoras. Há um ataque geral e sistemático a todas as disciplinas que compõem as Ciências humanas, especialmente, à Filosofia. Isso se dá de diversas maneiras: tirando a disciplina da grade obrigatória, diminuindo a carga horária, diluindo-a entre outras disciplinas não obrigatórias, a não contratação de profissionais habilitados em Filosofia e, por fim, excluindo-a literalmente da Grade Curricular sob o pretexto de reforçar a carga horária das disciplinas fundamentais, como Língua portuguesa e Matemática, deixando a critério de cada escola convidá-la a entrar ou não em sua casa. Lamentável!

D – Qual a sua perspectiva para a filosofia no país? Que desafios a área tem pela frente?

TC – O interesse pela Filosofia no Brasil foi quase sempre restrito a poucos e, por muito tempo, um privilégio para aqueles que podiam estudar fora do país. Do ponto de vista institucional, somente no início do século XX, em 1908, surge a primeira faculdade de filosofia e, em 1940, dá-se um salto decisivo, com a missão francesa na Universidade de São Paulo. Mas foi a partir da década de sessenta que começa a se consolidar um novo ciclo de desenvolvimento da filosofia no Brasil com a formação de novos professores pesquisadores, no exterior, que ao regressarem para o Brasil começam a expandir o espaço da reflexão e produção filosófica.

Os desafios se multiplicam a cada dia, crescem em magnitude e alcance destrutivo ao minarem sistematicamente as condições de sobrevivência dos Cursos de Graduação em Filosofia pelo fato de excluir da grade Curricular a obrigatoriedade da disciplina desestimulando, assim, a procura por parte dos jovens, a fazer um Curso de Filosofia como perspectiva profissional. Na Pós-Graduação esse fenômeno destrutivo é paulatino e se dá diretamente através do corte investimentos em bolsas de Mestrado, Doutorado e infraestrutura; com a não reposição das vagas remanescentes via concurso público e o conseqüente aumentando na carga horária dedicada ao ensino em detrimento da carga horária dedicada à pesquisa; com exigências de produtividade individual equiparadas a critérios de áreas técnicas, etc. Isso fere de morte a pesquisa filosófica a qual, por sua natureza, exige tempo, dedicação, disciplina e paciência reflexiva. Só o enfrentamento político poderá produzir alguma resistência a esse quadro de destruição intencional do espaço da Filosofia na sociedade brasileira, porque ele ocorre, em grande medida, por motivações de ordem política e ideológica.

A Revista Diaphonía agradece ao aceite do convite do entrevistado Tarcílio Ciotta, e também à sua participação conosco nessa primeira edição inédita de 2021.